

ODEBRECHT PLANTAS INDUSTRIAIS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 09.334.075/0001-83

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SÃO PAULO - SP
Av. Reboças, nº 3.970
32º andar - 05402-920
São Paulo - SP

Senhores Acionistas:
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários.
São Paulo, 16 de março de 2011.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	144	455	1.523
Contas a receber de clientes (Nota 8)	5.690	24.389	
Tributos a recuperar	3.277		
Estoques	302	376	
Demais contas a receber	808	1.469	
	<u>10.221</u>	<u>26.689</u>	<u>1.523</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Sociedades da Organização Odebrecht (Nota 8)	12.570	347.820	225.204
	<u>12.570</u>	<u>347.820</u>	<u>225.204</u>
Investimentos (Nota 5)	2.133		
Imobilizado (Nota 6)	276	4.606	3.865
Intangível	8	30	
	<u>14.987</u>	<u>352.456</u>	<u>229.069</u>
Total do ativo	<u>25.208</u>	<u>379.145</u>	<u>230.592</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais, quando indicado de outra forma

	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2009			
Prejuízo do exercício - R\$ (0,006) por ação do capital social	300.000	(2.067)	230.455
Em 31 de dezembro de 2009			
Lucro líquido do exercício - R\$ 0,072 por ação do capital social	300.000	(3.952)	228.570
Redução do capital social (Nota 9)	(220.753)	660	(220.753)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>79.247</u>	<u>(3.292)</u>	<u>8.477</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Afonso Celso Florentino de Oliveira - Contador - CRC 1MG 071304/O-7 S-SP - CPF: 874.220.506-91

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Caricapapaya SP Participações S.A. ("Caricapapaya") foi constituída em 12 de dezembro de 2007, na cidade de São Paulo, Brasil, com capital subscrito de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Em 16 de junho de 2008, a Caricapapaya teve sua denominação social alterada para Odebrecht Plantas Industriais e Participações S.A. ("OPIP" ou "Companhia"). Presentemente, a Companhia é controlada indireta pela Odebrecht S.A. ("ODB") e juntamente com seus acionistas são partes integrantes da Organização Odebrecht.

Em 31 de agosto de 2008, em Assembléia Geral Extraordinária, o objeto social da Companhia foi alterado para contemplar as seguintes atividades: (i) o planejamento e a execução de projetos e obras no ramo de engenharia, procura, suprimentos, construção, montagem, gerenciamento e manutenção de plantas industriais; (ii) a prestação de serviços de montagem, manutenção, conservação, reparação e operação de embarcações, plataformas, gasodutos, oleodutos, dutos submarinos e outros meios flutuantes; (iii) instalações técnicas de engenharia, montagens industriais, consultoria, planejamento, assessorias e estudos técnicos; (iv) outros serviços relacionados aos anteriores; (v) exportação e importação de bens e serviços; (vi) participação em outras sociedades; e (vii) atuação em atividades relacionadas às anteriores no mercado nacional e internacional.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se indicado de forma diferente.

2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 16 de março de 2011. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Organização. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A Companhia não apresenta demonstrações financeiras consolidadas conforme requerido pelo CPC 36 (R1) "Demonstrações consolidadas", por ser uma controlada da CNO, a qual apresenta demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e não requer que a Companhia prepare demonstrações financeiras consolidadas. Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs pela Companhia. O processo de adoção dos CPCs pela primeira vez está descrito na Nota 12.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação - Reconhecimento e Mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros deduzido de provisões para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, quando necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, ficam apresentadas no ativo não circulante.

2.5 Estoques

Os estoques de peças e materiais para aplicação nas obras são demonstradas ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização.

2.6 Investimentos

Os investimentos em sociedades nas quais a Companhia tem influência significativa na administração são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Influência significativa é considerada, normalmente, quando a participação direta ou indireta representa vinte por cento (20%) ou mais do capital votante da investida.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando apropriado, ao final de cada exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia procedeu a revisão da vida útil dos ativos e essa revisão não produziu efeitos nas demonstrações financeiras. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Resultado financeiro, líquidos" na demonstração do resultado.

2.8 Demais contas a receber

Os demais contas a receber são apresentadas pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo.

2.9 Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Financiamentos (Nota 7)		7.553	
Fornecedores e subempreiteiros	234	1.986	
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	3.605	9.425	137
Adiantamentos recebidos de clientes	391		
Demais contas a pagar	5	1.611	
	<u>4.235</u>	<u>20.575</u>	<u>137</u>
Não circulante			
Sociedades da Organização Odebrecht (Nota 8)	11.496		
Financiamentos (Nota 7)		130.000	
Demais contas a pagar	1.000		
	<u>12.496</u>	<u>130.000</u>	
Patrimônio líquido			
Capital social (Nota 9)	11.769	232.522	232.522
Prejuízos acumulados	(3.292)	(3.952)	(2.067)
	<u>8.477</u>	<u>228.570</u>	<u>230.455</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>25.208</u>	<u>379.145</u>	<u>230.592</u>

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11 Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição ("RTT") terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime era optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ). A Companhia optou pela adoção do RTT no biênio 2008-2009.

Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia utilizou-se das prerrogativas definidas no RTT. Considerando que uma nova legislação que discipline os efeitos fiscais no contexto dos novos métodos contábeis ainda não foi promulgada, a Companhia continua se utilizando das prerrogativas do RTT no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

De acordo com a Lei nº 11.941/09 artigo 15º, inciso IV, § 3º, observado o prazo estabelecido no § 1º deste artigo, o RTT será obrigatório a partir do ano-calendário de 2010, inclusive para a apuração do imposto sobre a renda com base no lucro presumido ou arbitrado, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), da Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS").

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Organização. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia-se em suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Receita de contratos de construção

A receita de contratos de construção é reconhecida levando-se em conta o estágio de execução de cada contrato (porcentagem de conclusão - "POC") na database das demonstrações financeiras. O método utilizado para determinar o estágio de execução considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato. Caso determinados contratos não possam ter sua receita avaliada de maneira confiável em relação ao trabalho executado de acordo com esse método, a Companhia leva em consideração medições do trabalho executado com a finalidade de apurar a receita contábil.

A receita de construção superior às receitas apropriadas são registradas na rubrica "Adiantamentos de clientes", no passivo circulante e não circulante.

6 Imobilizado

	31 de dezembro de 2010			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	% Taxas anuais de depreciação
Edificações e instalações				
Máquinas e equipamentos	121	(9)	112	4
Veículos e embarcações				De 1 a 17
Móveis e utensílios	261	(97)	164	25
Outros				10
	<u>382</u>	<u>(106)</u>	<u>276</u>	De 1 a 10

(i) Movimentação do imobilizado:

	2010	2009
Saldo no início do exercício	4.606	3.865
(+) Aquisições		2.609
(-) Alienações	(3.264)	(51)
(-) Depreciações	(1.066)	(1.817)
Saldo no final do exercício	<u>276</u>	<u>4.606</u>

7 Financiamentos

Em 20 de julho de 2009, a Companhia captou empréstimo junto ao Banco Itaú BBA S.A. no montante de R\$ 130.000, com prazo de vencimento do principal em três parcelas anuais e consecutivas de R\$ 43.333, com a primeira parcela vencendo em 22 de julho de 2013.

Em 19 de agosto de 2010, o financiamento captado junto ao Banco Itaú BBA S.A. foi integralmente quitado no montante de R\$ 150.066 conforme termo de quitação da cédula de crédito bancário.

8 Sociedades da organização Odebrecht

	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
CNO	5.690		11.496
ODB		12.570	
Saldo em 31/12/2010	<u>5.690</u>	<u>12.570</u>	<u>11.496</u>
Saldo em 31/12/2009	<u>24.389</u>	<u>347.820</u>	
Saldo em 1º/01/2009		<u>225.204</u>	

Os principais saldos mantidos com as sociedades da Organização estão regidos pelo instrumento contratual "Contrato de Conta Corrente e Gestão Única de Caixa", firmado entre as empresas de referida Organização. A natureza das operações é de repasses de recursos, cessões de créditos e assunções de obrigações e não na incidência de encargos financeiros.

9 Patrimônio líquido

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 11.769 (31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 é de R\$ 232.522), está dividido em 9.105.231 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2010, foi transferido o acervo contábil para a CNO com redução de capital na Companhia, no montante de R\$ 5.753, mediante cancelamento de 7.635.824 ações ordinárias.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Em milhares de reais

	2010	2009
Operações continuadas		
Receita líquida de serviços (Nota 10)	153.527	92.081
Custo dos serviços prestados	(113.641)	(60.914)
Lucro bruto	<u>39.886</u>	<u>31.167</u>
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(19.522)	(22.378)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro, líquido	<u>20.364</u>	<u>8.789</u>
Resultado das participações societárias		
Equivalência patrimonial (Nota 5 (b))	(56)	
Resultado financeiro		
Resultado financeiro, líquido (Nota 11)	(22.447)	(10.739)
Outras receitas, líquidas		
Outras receitas, líquidas	2.822	65
Lucro (prejuízo) do exercício antes da contribuição social e do imposto de renda	<u>683</u>	<u>(1.885)</u>
Contribuição social	(8)	
Imposto de renda	(15)	
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>660</u>	<u>(1.885)</u>

Lucro (prejuízo) ação do capital social

das operações continuadas no final do exercício - R\$ 0,072 (0,006)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2010	2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	683	(1.885)
Ajustes:		
Equivalência patrimonial	56	
Depreciação e amortização	1.066	1.817
Valor residual de ativo imobilizado baixado	2.822	65
Juros e variações monetárias líquidas	12.513	7.553
Caixa proveniente das operações	<u>17.140</u>	<u>7.550</u>
Variação nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	18.699	(24.389)
Estoques	74	(376)
Tributos a recuperar	(3.277)	
Despesas pagas antecipadamente e outros ativos	661	(1.469)
Fornecedores e subempreiteiros	(1.752)	1.986
Adiantamentos recebidos de clientes	391	
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	(5.820)	9.288
Outros passivos	(606)	1.611
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>25.510</u>	<u>(5.799)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Recursos recebidos na venda de ativo imobilizado	464	51
Adições ao investimento	(2.189)	
Adições ao imobilizado e intangível		(2.639)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(1.725)</u>	<u>(2.588)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	125.970	(122.681)
Dívida de curto e longo prazos líquida		
Captações		130.000
Pagamentos - principal	(130.000)	
Pagamentos - juros	(20.066)	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>(24.096)</u>	<u>7.319</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa líquidos	<u>(311)</u>	<u>(1.068)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>455</u>	<u>1.523</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>144</u>	<u>455</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

de acordo com o prazo de execução da obra. Caso a receita de construção seja inferior às receitas apropriadas são registradas na rubrica "Contas a receber de clientes", no passivo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução da obra.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Considerações gerais

A Companhia opera com instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros ativos e passivos. A gestão de riscos segue políticas aprovadas pela diretoria da Companhia. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

4.2 Derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

5 Investimentos

(a) Informações sobre as principais investidas